

PREFÁCIO — <i>Sergio Pinto Martins</i> .....	11
INTRODUÇÃO .....	15

Capítulo I

A CLASS ACTION NORTE-AMERICANA E A EVOLUÇÃO DA TUTELA COLETIVA NO BRASIL — ESTUDO DE DIREITO COMPARADO

1. A <i>class action</i> do Direito norte-americano .....	19
1.1. A <i>class action</i> na disciplina da <i>Federal Rule 23</i> de 1966.....	24
1.2. <i>Rule 23 (a)</i> — os pré-requisitos da <i>class action</i> .....	26
1.3. <i>Rule 23 (b)</i> — as categorias das <i>class actions</i> .....	31
1.4. As <i>class actions</i> da <i>Rule 23 (b)(1)(A)</i> .....	32
1.5. As <i>class actions</i> da <i>Rule 23 (b)(1)(B)</i> .....	32
1.6. As <i>class actions</i> da <i>Rule 23 (b)(2)</i> .....	34
1.7. As <i>class actions</i> da <i>Rule 23 (b)(3)</i> .....	35
1.8. A importância da notificação no sistema da <i>class action</i> .....	37
1.9. Aspectos mais importantes da <i>class action</i> do Direito norte-americano	42
2. Evolução da tutela coletiva no Brasil .....	47
2.1. O reconhecimento dos novos interesses e direitos .....	47
2.2. Quais seriam esses interesses ou direitos? .....	51
2.3. Acesso à Justiça — a evolução de um princípio .....	52
2.4. O início da evolução rumo à tutela coletiva .....	58
2.5. Obstáculos superados para que a tutela coletiva se tornasse realidade	64
2.6. A ação popular — o primeiro modelo .....	71
2.7. A Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública) — o grande avanço ..	74
2.8. A tutela coletiva na seara do Direito do Trabalho .....	78
2.9. Síntese da evolução da tutela coletiva no Brasil .....	81

3.	Estudo comparado entre o Direito norte-americano e o Direito brasileiro ....	82
3.1.	A sistemática legal nos respectivos ordenamentos .....	82
3.2.	A jurisprudência das Cortes Supremas nos dois países .....	89
3.3.	Considerações finais sobre o estudo comparado .....	94

## Capítulo II

### ACEPÇÕES DO TERMO INTERESSE E DEFINIÇÕES DO CDC

1.	O interesse em suas várias acepções .....	97
1.1.	O interesse simples e o interesse jurídico .....	98
1.2.	O interesse jurídico e sua adjetivação pela lei .....	100
1.3.	O interesse público e o interesse privado .....	102
1.4.	O interesse individual e o direito subjetivo .....	105
1.5.	O interesse legítimo .....	108
1.6.	O interesse coletivo <i>lato sensu</i> .....	110
1.7.	O interesse social .....	114
1.8.	O interesse indisponível .....	118
1.8.1.	A indisponibilidade do interesse no Direito do Trabalho .....	121
1.9.	O interesse processual .....	125
1.10.	Síntese das acepções do termo interesse .....	133
2.	As definições do Código de Defesa do Consumidor .....	135
2.1.	Os interesses ou direitos difusos .....	137
2.2.	Os interesses ou direitos coletivos .....	141
2.3.	Os interesses ou direitos individuais homogêneos .....	143
2.4.	Algumas peculiaridades dignas de nota .....	152
2.5.	Da concepção dos interesses e direitos como <i>acidentalmente</i> coletivos para interesses e direitos que são <i>relevantemente</i> coletivos — uma nova perspectiva .....	157

## Capítulo III

### PREMISSAS PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DAS PECULIARIDADES DOS INTERESSES E DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS

1.	A opção pela denominação <i>transindividual</i> .....	166
2.	Interesses ou direitos? .....	168
3.	Sobre a natureza jurídica dos interesses transindividuais .....	180
4.	O fundamento e a classificação dos interesses transindividuais .....	189
5.	O <i>fenômeno da interconexão</i> dos interesses e direitos transindividuais .....	193

Capítulo IV  
ASPECTOS RELEVANTES PARA MAIOR EFETIVIDADE DA  
TUTELA COLETIVA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. O obstáculo específico de acesso à Justiça do Trabalho .....	197
2. <i>Microsistema</i> para tutela dos interesses e direitos transindividuais .....	203
3. <i>Ação civil pública, ação civil coletiva</i> ou <i>ação coletiva</i> ? .....	206
4. Os fins objetivados pela tutela coletiva .....	218
5. A natureza jurídica das definições do Código de Defesa do Consumidor .....	226
6. A identificação da natureza jurídica da Lei da Ação Civil Pública com base na primeira decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal .....	232
7. A importância de uma teoria dos <i>interesses legítimos</i> nas ações coletivas .....	243
7.1. A evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de interesses transindividuais .....	248

Capítulo V  
OS DIREITOS OU INTERESSES INDIVIDUAIS RELEVANTEMENTE  
COLETIVOS E OS INTERESSES LEGÍTIMOS DOS TRABALHADORES:  
ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO E EFETIVIDADE  
DA PROTEÇÃO JURISDICIONAL

1. Os interesses ou direitos individuais <i>relevantemente</i> coletivos .....	252
1.1. O princípio de acesso a uma ordem jurídica justa .....	252
1.2. O princípio da efetividade da tutela coletiva .....	258
1.3. O requisito da homogeneidade e sua correta tipificação .....	264
1.4. Relevância social e indisponibilidade .....	269
1.5. O <i>fenômeno da interconexão</i> .....	272
1.6. Síntese da nova perspectiva para os direitos individuais homogêneos trabalhistas .....	280
2. Os <i>interesses legítimos</i> dos trabalhadores e sua defesa coletiva .....	282
2.1. A tutela do <i>interesse legítimo</i> pelas normas constitucionais brasileiras e a experiência do direito comparado .....	282
2.2. O pioneirismo da tutela dos <i>interesses legítimos</i> pela Justiça do Trabalho por meio dos dissídios coletivos .....	286
2.3. A generalização da tutela do interesse em razão da sua “relevância social” e a superação da tutela restrita ao direito subjetivo .....	294
2.4. A tutela dos <i>interesses legítimos</i> por meio da ação coletiva — a Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal .....	298
2.5. Os <i>interesses legítimos</i> dos trabalhadores em face do poder discricionário do empregador — as lições da doutrina italiana .....	302
2.5.1. Aplicação das lições da doutrina italiana para tutela dos <i>interesses legítimos</i> dos trabalhadores no Brasil .....	309



2.5.2. As decisões de Tribunais do Trabalho em matéria de conflito entre os interesses dos trabalhadores e os poderes do empregador	310
2.6. Uma proposta de teoria dos <i>interesses legítimos</i> para o processo coletivo do trabalho	317

### Capítulo VI

#### ANTEPROJETOS DE AÇÕES COLETIVAS E SUA REPERCUSSÃO NO PROCESSO DO TRABALHO

1. O Anteprojeto de Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América	319
2. O Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos	322
2.1. O requisito do “interesse social” da ação coletiva	326
2.2. Os requisitos específicos da ação coletiva dos direitos e interesses individuais homogêneos	331
3. O Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais	334
4. O II Pacto Republicano e o Projeto de Lei n. 5.139/2009	341
CONCLUSÕES	345
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	361
APÊNDICE — Estatística do TRT da 15ª Região	367

